



Número: **0801498-91.2017.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **02/05/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA MARTA OLIVEIRA SOUZA (AUTOR)		GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO) ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76089 91	02/05/2017 10:45	Petição Inicial	Petição Inicial
76090 26	02/05/2017 10:45	PROCURAÇÃO E DOCS PESSOAIS	Procuração
76090 37	02/05/2017 10:45	LAUDO E BO CARLOS GABRIEL	Documento de Comprovação
76090 56	02/05/2017 10:45	RESPOSTA SEGURADORA	Informações Prestadas
97320 87	15/09/2017 21:19	Despacho	Despacho
23757 757	22/08/2019 15:59	Expediente	Expediente
24104 161	03/09/2019 22:39	JUNTADA RESULTADO SEGURADORA	Petição
24104 163	03/09/2019 22:39	RESPOSTA SEGURADORA - CARLOS GABRIEL	Informações Prestadas
29572 453	02/04/2020 08:16	Despacho	Despacho
32155 004	08/07/2020 12:21	Carta	Carta
36751 948	17/11/2020 16:08	Certidão	Certidão
36752 306	17/11/2020 16:08	AR recebido	Documento de Comprovação

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SANTA RITA/PB.**

CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora, **ANA MARTA DE SOUZA AZEVEDO**, brasileira, casada, do lar, portadora de CPF nº 040.638.354-56 e RG nº 2702330, podendo receber intimações no Sítio Ribeira S/N, Area Rural, Santa Rita/PB, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Av. João Machado 553, Sl. 127, Empresarial Plaza Center, João Pessoa/PB, vem, respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)
EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE**

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93, podendo ser citada no Parque Sólton de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor: _____

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer o promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos molde dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna o promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:



Em **22/08/2016**, o promovente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido nas proximidades de Forte Velho, desta Cidade, quando transitava de carona em uma Motocicleta (HONDA/CG 150 placa: OFX 3524/PB) e caiu ao solo após perder o controle do veículo, consoante ocorrência policial em anexo. Após o acidente, o autor foi socorrido e encaminhado para o Complexo Hospitalar de Mangabeira – Ortopedia.

Pelo fato descrito acima, o autor sofreu escoriações que o deixaram com sequelas irreversíveis devido às lesões sofridas, sendo submetido a procedimento cirúrgico, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT)**.

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, o autor teve comprovado LESÃO DE PARTES MOLES DO PÉ ESQUERDO, GERANDO INCAPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.

Com esta sequela, o autor não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a sequela decorrente do acidente de trânsito, o promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3170158436), no entanto, para sua surpresa, apesar de encaminhar toda documentação necessária e comprobatória do aludido acidente, a demandada negou o pagamento por exigir uma série de outros documentos incapazes de serem obtidos pelo requerente, bem como outros já encaminhados, com escopo único de negar-se a pagar ao autor o que é seu de direito.

Desta feita, o demandante, munido da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida o pagamento da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -



Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: **“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta .”**

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.



Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativo afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITACÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso;
- f) Seja **dispensada** a designação de audiência de conciliação, com fulcro no artigo [319](#), inciso [VII](#), do [Novo Código de Processo Civil](#);
- g) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 02 de maio de 2017.

Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO, brasileiro, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora, ANA MARTA DE SOUZA AZEVEDO, brasileira, casada, do lar com CPF nº 040.638.354-56, residente no sítio Ribeira S/N, Área Rural, Santa Rita/PB.

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 13529, portadora do CPF/nº 011197984/69 e/ou Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14318, portador do CPF/nº 05631026406, com endereço profissional na Av. João Machado, 553, sala 127, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do NCPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, receber, inclusive alvarás judiciais, perante qualquer instituição, inclusive financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 15 de setembro de 2016.

Ana Marta de Souza Azevedo

Outorgante

Av. João Machado, 553 – Sala 127 – Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 – Centro – Santa Rita – PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO declara,
para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, e sob as
penas da lei nº7.115, de 29 de Agosto de 1983, que não possui condições de
arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

João Pessoa, 13 de setembro de 2016

X Ana Maria de Souza Azevedo
DECLARANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

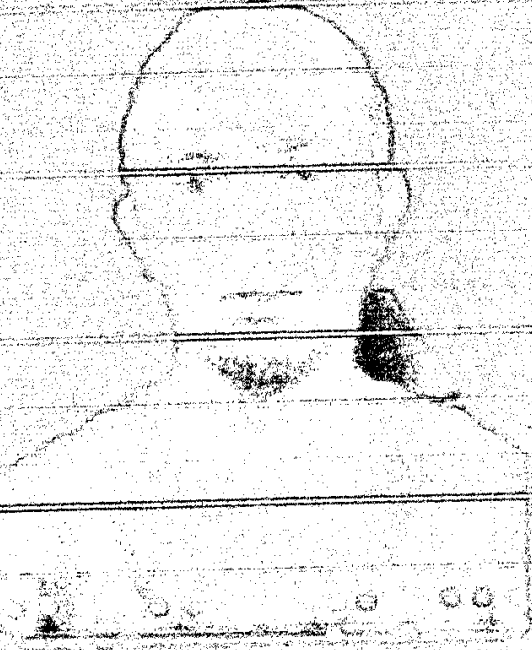
ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

SISTEMA DE POLÍCIA CIENTÍFICA

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-124



Alcides de Brito P. 212 Souza Aguiar do

CARTEIRA DE IDENTIDADE

5

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

2.702.330

-2 VIA

DATA DE
EXEDIÇÃO

08/01/2014

NOME

ANA MARTA DE SOUZA AZEVEDO

FILIAÇÃO HOMILSON PEDRO DE SOUZA
ANA MARIA PAULINO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE

JOÃO PESSOA-PB

CPF ORIGEM

USAM N. 4019 FLS. 30 LIV. 13
CARTORIO STA RITA PB

CPF

040.638.354-56

DATA DE NASCIMENTO

22/01/1981

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

FLS. 30 LIV. 13

ANA MARTA OLIVEIRA SOUZA
SIT RIBEIRA, S/N - AREA RURAL
SANTARITA / PB CEP: 68919000 (AO: 1)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFASICO - B1230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
Rateiro 8 - 8 - 800 - 3780
Nº medidor 00000810280

Referencia Mai / 2016
Emissao 13/05/2016

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc Est 18.015.623-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000577788
Código para Débito Automático: 00013194803

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 5/1319480-8

Mai / 2016

Canal de contato

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

13/05/2016

Data prevista da próxima leitura

14/06/2016

CPF / CNPJ / RARF

4083935460
Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 08/05/2016 PAGAS
OBRIGADO!

Histórico de Consumo
(kWh)

Abr/16	217
Mai/16	203
Fev/16	202
Jan/16	183
Dez/15	181
Nov/15	204
Out/15	195
Set/15	217
Ago/15	205
Jul/15	191

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
13/04/16	14717	13/05/16	14895		178	30

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh - BR	30	0,14483	4,33
Consumo - 31 a 100 kWh - BR	70	0,24724	17,31
Consumo - 101 a 220 kWh - BR	58	0,37192	21,57
Subsídio			27,48
ICMS			0,73
PIS			3,38
COFINS			

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS

CONTRIB SERV LUM PUBLICA

JURDS DE MORA 04/2016

MULTA 04/2016

COMP INDICADOR DIC TRIMESTRAL 03/2016

COMPENSACAO POR INDICADOR DIC 03/2016

ATUALIZACAO MONETARIA 04/2016

Devolução Subsídio

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
ICMS	101,83	7,20%	7,40
PIS	101,83	0,77%	0,78
COFINS	101,83	3,38%	3,44



Assinado eletronicamente por: GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM - 02/05/2017 10:44:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17050210431897500000007458242>

Número do documento: 17050210431897500000007458242



CERTIDÃO

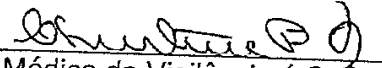
Nº. 1707/2016

Atendendo solicitação de **GIULLYANA FLAVIA DE AMORIM** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 879410 e Prontuário nº 2016.08.001926 pertencente a **CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO** que foi atendido dia 23/08/2016 às 00h09min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em pé esquerdo.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou lesão de partes moles de pé esquerdo. Realizado sutura dia 23/08/2016 com alta médica dia 25/08/2016.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 09 de novembro de 2016


Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3137



8056-384...
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Arquivo: 01/01/2016
Clínica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO
CNS: 898004995376234 Sexo: M CERTIDAO DE NASC.: 9997 Fone: 982140605
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 21/06/2008 Id: 8 ano(s)

End.: SITIO RIBEIRA,
Bairro: ZONA RURAL Cidade: SANTA RITA UF: PB
Pai: JOSE CARLOS BORGES DE AZEVEDO
Mae: ANA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA

Ocupação:
INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: MAE
Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: OUTRA UNIDADE HOSPITALAR

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: VITIMA DE QUEDA DE MOTO AS 18:30 PRÓXIMO AO

Vitima de violência por: DE FUTEBOL
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

RA:	FR:	[] Aparentemente Bem	[] Grave
EC:	TP:	[] Politraumatizado	[] Convulsao
Peso:	Altura:	[] Hemorragia	[] Dispineia
Glicemia:	IMC:	[] Diarreia	[] Agitado
Circ. Abd:	O2%:	[] Regular	[] Chocado

Queixa Principal

*vitima acidente com moto.
Bateria logo e este acidente com motor de
6 horas de funcionamento do B.E. (E) não*

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

*do H. de TRAUMA, onde não foi feito A.T.B.
Profiloto ou qualquer brinco, ferimento
de 1m de comprimento com 1cm de largura*

Diagnostico

Conduta

Prescrição

*Profiloto em 12h
To amoxicilina 750mg 750mg 750mg*

Dr. Thales W. S. Nara
Ortopedia e Traumatologia
CRM - PB 65807/2007-1084



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA
R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 879410 Atd: Nao Regulado
Data: 23/08/2016
Hora: 00:09:27
Recepcionista: WILMA FERNANDES MONTEIRO
Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO Num. de vezes atendido: 1
CNS: 898004995376234 Sexo: M CERTIDAO DE NASC.: 9997 Fone: 982140605
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 21/06/2008 Id: 8 ano(s)
End.: SITIO RIBEIRA,
Bairro: ZONA RURAL Cidade: SANTA RITA UF: PB
Pai: JOSE CARLOS BORGES DE AZEVEDO
Mae: ANA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA

Ocupação:

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: MAE

Te Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Pro Tendencia: OUTRA UNIDADE HOSPITALAR

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: VITIMA DE QUEDA DE MOTO AS 18:30 PROXIMO AO
Vitima de violencia por: DE FUTEBOL
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

PA:	FR:	[] Aparentemente Bem	[] Grave
FC:	TP:	[] Politraumatizado	[] Convulsao
Peso:	Altura:	[] Hemorragia	[] Dispneia
Glicemia:	IMC:	[] Diarreia	[] Agitado
Circ. Abd:	O2%:	[] Regular	[] Chocado

Queixa Principal

Observacao

*vitima de acidente com moto.
Paciente chegou a este serviço com dor de
6 horas de dor no membro do PE (E), dor*

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

*do M. de TRAUMA, onde não foi feito ATB
Proibido de qualquer briga, ferimento
agnóstico de trauma com trauma no membro do PE (E), dor*

Condução

escrição

*rel. exame de Urgência
- Proibido de qualquer briga
- To encaminhado para o Serviço de*

W. S. Silva
-10012



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <i>Carla S. S. Silva</i>				Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clinica:	EMP:	LR:
Data: <i>22.08.16</i>	Cirurgião: <i>Dr. Th. B.</i>	1º Assistente: <i>Dr. M. M.</i>		Instrumentador:	
2º Assistente:	3º Assistente:		Horário: I: T:		
Anestesista: <i>Dr. Roberto R.</i>	Tipo Anestesia:				
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO				CID	
<i>lesão estenose R. T. em</i>					
<i>lesão em R. B.</i>					
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO				CID	
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)				CÓDIGO	
<i>Tx. R. B.</i>					
Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 () Sim 2 () Não				Descreva:	
Biópsia de Congelamento: 1 () Sim 2 () Não					
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:					
1 () A Enfermaria 2 () A Terapia Intensiva 3 () A Radioterapia 4 () A Óbito durante o Ato Cirúrgico					





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Carlos Roberto de Souza Data da Admissão: 23/08/16

Prontuário: 136010 Idade: 30 Enfermária: 136010

Nome da Mãe: Elaine Leito: 136010

Endereço: Av. Brasil Bairro: 136010

Cidade: João Pessoa Estado: PB Fone: 136010

Sexo: F () M () Cor: 136010 Profissão: 136010

Escolaridade: 136010 Estado Civil: 136010 Religião: 136010

QPD: 136010 Data de Nascimento: 1/1

HDA: 136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

136010

ANA MARTA OLIVEIRA SOUZA
SIT RIBEIRA, SM - AREA RURAL
SANTA RITA / PB - CEP: 58818000 (AG: 1)



Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFASICO
Rateiro: R\$ 800,4780
Nº medidor: 00000810280
Referencia: Mai / 2016
Emissao: 13/05/2016

ENERGISA PARANA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R. 220 Km 25 - Cristo Redentor - Jd. Boa Pessoa / PB - CEP 58071-880
CNPJ: 08.035.183/0001-40 - Insc. Est. 18.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.577.788
Código para Débito Automático: 00013194800

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1319480-8

Mai / 2016

Canal de contato:

Apresentação

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.

13/05/2016

Data prevista da próxima leitura

14/06/2016

CPF/CNPJ/RANI

4083835468

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ANTES DO DIA 08/05/2016
OBRIGADO

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 10/18	Data: 13/05/16			
Leitura: 14712	Leitura: 1485			
			1485	30

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo - 81 kWh	81	0,2483	20,11
Consumo - 1 kWh	1	0,07101	0,07
ICMS			23,79
COFINS			22,46
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			3,38
CONTRIBUICAO PUBLICA			2,35
MULTA MORAL 2016			0,67
MULTA 04/2016			2,13
COEF. INDICADOR DE TRIMESTRAL (3/2/10)			3,91
COMPENSAÇÃO POR INDICADOR DE 01/2016			10,93
ATUALIZAÇÃO MONETARIA 1/2016			0,11
DEBITO ANTERIOR			21,25

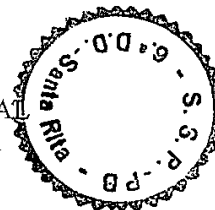
Histórico de Consumo (kWh)

14/18	21
15/18	203
16/18	24
17/18	101
18/18	101
19/18	102
20/18	102
21/18	102
22/18	102
23/18	102
24/18	102
25/18	102
26/18	102
27/18	102
28/18	102
29/18	102
30/18	102

	BASE DE CÂLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	21,01	11,33%	2,38
COFINS	21,01	6,50%	1,37
DEBITO ANTERIOR			21,25



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
6ª DELEGACIA DISTRITAL DE SANTA RITA-PB



BOLETIM DE OCORRÊNCIA. Nº 3.591/2016.

Aos sete dias do mês de Dezembro ano de 2016, nesta cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba e na 6ª Delegacia Distrital, onde presente o Dr. Pedro Martins dos Santos, Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão de seu cargo, ai pelas 12hs04min, compareceu MARCOS ROBERTO DO NASCIMENTO, brasileira(o), solteiro, natural de Santa Rita, filho de Manuel Rodrigues do Nascimento e de Ziza Antonia da Silva, com 47 anos de idade, nascida(o) em 19/12/1969, atendente de Saúde, portador da Identidade de nº 1.540.025/Pb, CPF- 027,494,144-90, com o terceiro grau de ensino completo, residente rua Sítio Ribeira, Zona Rural de Santa Rita/Pb, (marcos da saúde- perto do campo de Futebol) /Pb fone- 83-98114.0734 para notificar que no dia 22/08/2016, pilotava a sua motocicleta de marca Honda/CG 150, de placa OFX-3524/Pb, a qual se encontra registrada no Detran/Pb, em nome de Marizete Monteiro, pela PB 011, que liga Santa Rita a Forte Velho, isto por volta das 18hs30m aproximadamente, o qual a passar pelo o quebra mola, perdeu o controle da moto, vindo a cair ao solo, sofrendo ferimentos pelo o corpo, sendo socorrido para o Hospital do Trauminha, em Mangabeiro; Que como carona, da moto, vinha a pessoa de nome Carlos Gabriel de Souza Azevedo, que também foi socorrido para o Trauminha, devido aos ferimentos também sofrido no acidente. o, motivo pelo o qual veio registrar o fato e solicita uma certidão dar entrada no seguro obrigatório. Nada mais a declarar e ciente das sanções penais contidas no artigo 299, do Código Penal Brasileiro, caso a declaração não traduza a verdade, expeço o Boletim de Ocorrência..

Notificante

Marcos Roberto do Nascimento

Escrivão de Polícia

[Assinatura]





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



(/Pages ^ A 0

/Acessibilidade.aspx)



(/Pages

/Atalhos-
COMO PEDIR INDENIZAÇÃO
de-Teclado.aspx)

Documentos Despesas
Médicas (/Pages
/Documentacao-
Despesas-
Medicas.aspx)
Documentos Invalidez
Permanente (/Pages
/Documentacao-
Invalidez-
Permanente.aspx)
Documento Morte
(/Pages
/Documentacao-
Morte.aspx)
Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-
Indispensaveis-
Para-Pedir-
a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages
/Pague-Seguro.aspx)
Consulta a Pagamentos
Efetuados (/Pages

SINISTRO 3170158436 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Comprev
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801498-91.2017.8.15.0331

DESPACHO

Vistos, etc.

1 - O documento acostado pela parte não supre a exigência da comprovação da provocação prévia na esfera administrativa. Não há a exigência do esgotamento da discussão em todas as instâncias, mas no caso em comento, observo que sequer houve o processamento da demanda naquela seara ou pelo menos não há prova.

2 - Não basta, pois, dar entrada no processo administrativo de qualquer forma, apenas para justificar a necessidade de propositura desta demanda, sob pena de resta inócua a decisão do STF neste sentido.

3 - INTIME-SE o autor para que comprove o requisito essencial, no prazo de quinze (15) dias.

SANTA RITA, 15 de setembro de 2017.



0801498-91.2017.8.15.0331

AUTOR: ANA MARTA OLIVEIRA SOUZA

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De Ordem da MM. Juíza de Direito desta Unidade Judiciária, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa Veloso de França, intimo a parte autora, por seu advogado, por todo teor da(o) Decisão/Despacho ID n. 9732087.

Santa Rita, 22 de agosto de 2019

GERLANDIA LINS E SILVA CARNEIRO

Técnica Judiciária



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

Processo: 0801498-91.2017.8.15.0331

CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora, **ANA MARTA DE SOUZA AZEVEDO**, já qualificados nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seus advogados adiante assinado, vem, respeitosamente, perante vossa Excelência, em cumprimento ao despacho retro, requerer a juntada da tela completa que comprova que o autor requereu junto a Seguradora Líder o Seguro DPVAT, no entanto, esta liberou em seu favor apenas a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Cumpridas as exigências, requer por fim, o andamento regular do processo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa, 29 de agosto de 2019

Giullyana Flávia de Amorim

OAB/PB: 13529

Enéas Flávio S.de Moraes Segundo

OAB/PB: 14318



SINISTRO 3170158436 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO CARLOS GABRIEL DE SOUZA AZEVEDO

CPF/CNPJ: 04063835456

Posição em 29-08-2019 13:21:05

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/09/2017	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801498-91.2017.8.15.0331

DESPACHO

Vistos, etc.

Inicialmente, haja vista o pedido de assistência judiciária gratuita, em análise ao que dispõe o art. 99, §2º, CPC, não há, neste momento, nos autos, elementos que indiquem de modo diverso à pretensão, desta forma, nos termos do art. 98, caput, CPC, DEFIRO O PEDIDO.

Nos termos do art. 238¹, CPC, **CITE-SE** a parte promovida, **com a contrafé e cópia deste despacho**, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, **REMETA-SE** ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, **no mesmo prazo anterior**, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III² c/c 231, I³, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Ademais, **ocorrendo a hipótese de desinteresse em audiência de conciliação prévia** em que a parte promovida opta pela apresentação da peça defensiva, conforme supra, nos termos do art. 465, caput⁴, CPC/2015 e em face do **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 015/2014 ENTRE O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E A PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS** em razão de demandas dessa natureza, de antemão, **NOMEIO**, como perito(a) do Juízo, a(o) **Dr(a)**.

ALANA MOURA DI PACE

Endereço: Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 40, APT 202, Manaíra, João Pessoa/PB, 58038-490

Telefone: (83) 99921-5900 Email: alanapace2014@gmail.com

ANDRE CRISTIANO DA COSTA LIMA



Endereço: Guarabira, 1340, ap 801, Manaíra, João Pessoa/PB, 58038-142

Telefone: (83) 98782-3939 Email: andrecristiano@gmail.com

ANTONIO LEITE LOUREIRO NETO PERÍCIAS E CÁLCULOS JURÍDICOS EIRELI

Endereço: Rio Grande do Sul, 1411, Edifício Rio Tauá, Estados, João Pessoa/PB, 58030-021

Telefone: (83) 99100-5114 Email: perito@antonioloureiro.com.br

LUCIANO LEITE ROLIM MOREIRA

Endereço: Maria Eunice Guimarães Fernandes, 17, ap 502, Manaíra, João Pessoa/PB, 58038-480

Telefone: (83) 99631-2869 Email: luciano.lrm@hotmail.com

ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA

Endereço: Escrivão Sebastião de Azevedo Bastos, 496, RDIFÍCIO VALLE VIZCAIA ,APTO 2101, Manaíra, João Pessoa/PB, 58038-491

Telefone: (83) 98765-6296 Email: dr.rosanaduarte@ig.com.br

TIAGO MARTINS FORMIGA

Endereço: Antônio Lira, 588, APTO 204, Tambaú, João Pessoa/PB, 58039-050

Telefone: (83) 99605-8585 Email: TIAGOMARTINSPB@HOTMAIL.COM

Deverá cumprir o encargo obedecendo as advertências do art. 466, caput⁵, CPC/2015, observando as determinações dos §§⁶1º e 2º, do mesmo dispositivo normativo, **ficando intimada a parte promovida** para, querendo, no mesmo ato, apresentar manifestação consoante art. 465⁷, §1º, I a III, CPC/2015, bem como recolher o valor dos honorários periciais, os quais arbitro em **R\$ 200,00 (duzentos reais)** e, ato contínuo, nesta mesma hipótese, **INTIME-SE a parte promovente** para, querendo, apresentar manifestação quanto aos mesmos termos, no mesmo prazo.

Escoado o prazo e recolhido o valor dos honorários periciais, **INTIME-SE PESSOALMENTE** a perita nomeada para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.



Aceito o encargo e designado o dia, nos termos do art. 474⁸, CPC/2015, **INTIME-SE** as partes para realização do ato no dia, hora e local designados.

Ato contínuo, juntado o laudo nos autos, **INTIME-SE** as partes para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, conforme art. 477, §1º⁹, CPC/2015, apresentar manifestações, informando sobre a possibilidade de transação em comum acordo e/ou indicar outras provas, sob pena de julgamento antecipado do feito, nos termos do art. 355, ¹⁰, CPC/2015.

Escoado o prazo à cima e não havendo impugnações, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** à perita nomeada e **INTIME-SE** pessoalmente para levantamento, entregando-o(a) mediante recibo nos autos, bem como, **QUANTO AO FLUXO DO PROCEDIMENTO**, não havendo requerimento de audiência de conciliação ou de produção de outras provas, **CERTIFIQUE-SE** o decurso e faça-se **CONCLUSOS** para julgamento.

SANTA RITA, 1 de abril de 2020

2ª Vara Mista de Santa Rita

Juiz(a) de Direito

¹(CPC/2015) Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

²(CPC/2015) Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

³(CPC/2015) Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

⁴(CPC/2015) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

⁵(CPC/2015) Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

⁶(CPC/2015) Art. 466. § 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. § 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

⁷(CPC/2015) Art. 465, §1º. I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.



[8](#)(CPC/2015) Art. 474. As partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

[9](#)(CPC/2015) Art. 477. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

[10](#)(CPC/2015) Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTICA DE PRIMEIRA INSTANCIA

COMARCA DE SANTA RITA

CARTÓRIO DA 2ª VARA

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR “AR”

PROCESSO Nº 0801498-91.2017.8.15.0331

NATUREZA: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANA MARTA OLIVEIRA SOUZA

REU: BRADESCO SEGUROS S/A

Prezado Senhor:

Representante Legal do BRADESCO SEGUROS S/A

End.: Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, 58013-131, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-130

Cumprindo determinação da MM Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Santa Rita – PB, **CITO BRADESCO SEGUROS S/A**, por seu representante legal, para tomar conhecimento da presente demanda, bem como, ato contínuo, nos termos do art. 334, CPC e suas advertências, **INTIMO** a parte promovida para se manifestar em relação a realização da **audiência de conciliação** a ser designada nos autos.

Segue em anexo cópias da Inicial e do Despacho. (*Links abaixo*)

Santa Rita, 8 de julho de 2020



Gerlândia Lins e Silva Carneiro

Técnica Judiciária

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 17050210441813200000007458207

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20040106312997700000028464229





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCESSO Nº 0801498-91.2017.8.15.0331

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANA MARTA OLIVEIRA SOUZA
REU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo(AR recebido pelo destinatário).

2ª Vara Mista de Santa Rita-Pb, 17 de novembro de 2020.

GERLANDIA LINS E SILVA CARNEIRO

Técnico Judiciário





AVISO DE
RECEBIMENTO

0803498 - 91.2017.8.15.0331

PREPARE COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

BRADESCO SEGUROS S.A

ENDEREÇO / ADRESSE

PQ SOLON DE LUCENA, 641. CENTRO

CEP / CODE POSTAL

58033-130

CIDADE / LOCALITÉ

JOÃO PESSOA

UF

PB BRASIL

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

04/11/20

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

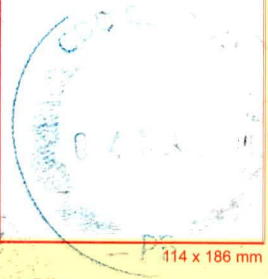
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Gerlandia Lins e Silva Carneiro

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Gerlandia Lins e Silva Carneiro
Mat. 2017-8-15-0331-6



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 74262738 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

29 OUT 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

CARTÓRIO

Cartório Judicial da 2ª Vara

Comarca de Santa Rita

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Rua: Virgílio Velloso Borges, s/n - Alto do - Santa Rita/PB

CEP: 58.300-270 - Telefone: (83) 3217-7100

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

